

FEAM	
Protocolo nº 023.480.112/2013	26 FL. Nº
Divisão: PPA	
Mat. _____	Visto _____

CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL



Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Fundação Estadual do Meio Ambiente

Processo nº 8334/2005/001/2006

Referência: Recurso a Câmara Normativa e Recursal do COPAM

Interessado: **MINERAÇÃO E COMÉRCIO BARAÚNA LTDA.**

PARECER JURÍDICO

I – Relatório

A sociedade empresária em referência foi autuada por irregularidade ambiental prevista no artigo 87, inciso II do Decreto nº 44.309/06, infração de natureza gravíssima, por *“a empresa estava realizando atividade de extração de quartzito sem licenciamento ambiental sendo constatada a existência de degradação ambiental caracterizada pela disposição inadequada de rejeitos/estéreis, ausência de sistema de drenagem pluvial e estando a base do talude da pilha de rejeitos/estéreis a menos de trinta metros do recurso hídrico, área de preservação permanente”*, tendo sido multado no valor de R\$ 40.001,33, com agravante prevista no artigo 69, II, “e” do citado decreto, além da incidência da penalidade de suspensão das atividades até sua regularização ambiental.

Inconformada com a decisão de manutenção da multa aplicada, a autuada, interpôs seu recurso, tempestivamente, onde em síntese alega que é completamente descabida a multa uma vez que a contestante não explora a atividade de mineração nesta área; a firma está desativada há mais de 10 anos e a área da Fazenda Baraúnas não existe mais a pedreira, devendo ser anulado o auto de infração.

DA ANÁLISE JURÍDICA

Preliminarmente, insta salientar que o Auto de Infração em tela encontra-se revestido de todas as suas formalidades legais, conforme determinado no artigo 32, do Decreto Estadual nº 44.309/06. Além disto, é pertinente esclarecer que a área objeto de autuação foi fiscalizada por servidor credenciado que constatou a atividade de extração de quartzito sem a devida regularização ambiental.

Desta feita, a infração restou plenamente caracterizada, haja vista que a área técnica da FEAM constatou, *in loco*, na fiscalização do dia 28/11/2006, *no ato da vistoria as atividades estavam paralisadas, no entanto, foi informado que a atividade havia sido parada naquele dia. Possui pequenas pilhas de rejeito/estéril*

na área, sem vegetação, no entanto, possui uma pilha de aproximadamente 9 metros de altura sem bernas e vegetação, estando a base do talude a mina de trinta metros da margem direita do curso d'água", o que caracteriza infração à legislação ambiental vigente.

O único argumento que sustenta o recorrente é que não exerce a atividade de extração de quartzito e que a firma esta paralisada, o que não confere com o Auto de Fiscalização realizada por servidor credenciado para o exercício da atividade.

O Decreto Estadual nº 44.309/06 regulamentou totalmente a Lei 7.772/80. Posteriormente, o Decreto nº 44.844, de 25 de junho de 2008, revogou o decreto anterior, tendo determinado em seu art. 96 o seguinte, *verbis*:

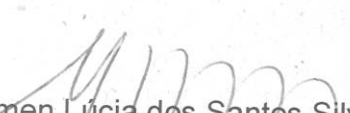
"Art. 96. As alterações nos valores das multas promovidas por este Decreto implicam a incidência das normas pertinentes, quando mais benéficas ao infrator e desde que não tenha havido decisão definitiva na esfera administrativa"

Insta salientar que por força do disposto no artigo 96 do Decreto nº 44.844/08, das disposições transitórias, o valor da multa deverá ser alterada para R\$ 20.001,00, com acréscimo de 1/3 da circunstância agravante perfazendo o valor de R\$26.668,00.

CONCLUSÃO

Ante todo o exposto e considerando que não foi apresentado nenhum fato ou dado capaz de alterar ou modificar as decisões anteriores de aplicação de multa, sugerimos o **INDEFERIMENTO DO RECURSO** apresentado, alterando o valor da multa aplicada para R\$26.668,00 com agravante e na forma do disposto no artigo 96 do Decreto nº 44.844/08, pela **Câmara Normativa e Recursal do COPAM**.

É o parecer. *s,m,j.*


Carmen Lúcia dos Santos Silveira
OAB/MG38.838 – MASP 1043754-9